

# Echo Holding 1 S.A.

(nova denominação da Casa dos Ventos  
Holding S.A.)

**Demonstrações financeiras de 31  
de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração de resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da  
Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holging S.A.)  
Florianópolis - SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holging S.A.) (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holging S.A.) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.)

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	23	6	64.602	52.339
Contas a receber	5	2	152	44.967	37.858
Tributos compensáveis		1.321	33	6.381	3.262
Almoxarifado operacional		-	-	21	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	775	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	15.705	633
Outras contas a receber		-	-	1.101	461
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.346</b>	<b>191</b>	<b>133.552</b>	<b>94.553</b>
<b>Não circulante</b>					
Fundos vinculados	4	-	-	73.136	-
Depósitos judiciais		-	-	108	108
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	908	-	-	-
Investimentos	6	476.960	420.580	-	113.286
Imobilizado	7	-	-	1.790.746	1.906.567
Intangível		-	-	13.750	6.599
Outros ativos não circulantes		735	-	20.731	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>478.603</b>	<b>420.580</b>	<b>1.898.471</b>	<b>2.026.560</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>479.949</b>	<b>420.771</b>	<b>2.032.023</b>	<b>2.121.113</b>

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	8	16	97	24.197	282.722
Empréstimos e Financiamentos	9	-	17.792	85.881	35.902
Debêntures	10	-	-	19.759	572.613
Obrigações tributárias	11	8	-	13.542	10.271
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	156	85
Provisão de ressarcimento	14	-	-	3.857	-
Obrigações contratuais		-	-	-	142.183
Cessão de direitos		-	-	-	5.700
Compensação ambiental		-	-	3.168	3.217
Outras contas a pagar	10	-	-	2.189	13
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>34</b>	<b>17.889</b>	<b>152.749</b>	<b>1.052.706</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e Financiamentos	8	-	8.177	1.168.974	703.235
Debêntures	9	91.957	-	291.192	-
Provisão para perdas em investimentos		-	29.533	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.507	-	5.507	-
Provisão de ressarcimento	14	-	-	12.363	-
Outros passivos não circulante		-	-	18.787	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>97.464</b>	<b>37.710</b>	<b>1.496.823</b>	<b>703.235</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	12	479.609	400.834	479.609	400.834
Prejuízos acumulados		(97.158)	(35.662)	(97.158)	(35.662)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>382.451</b>	<b>365.172</b>	<b>382.451</b>	<b>365.172</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>479.949</b>	<b>420.771</b>	<b>2.032.023</b>	<b>2.121.113</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.)

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	14	-	-	377.473	96.479
Custos de geração	15	-	-	(164.645)	(55.556)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>212.828</b>	<b>40.923</b>
Resultado com equivalência patrimonial	6	(39.981)	(33.593)	-	(1.917)
Despesas gerais e administrativas	16	(73)	(637)	(20.444)	(22.960)
Despesas tributárias		(6)	-	(44)	-
Outras receitas operacionais		-	-	6.977	2.029
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas</b>		<b>(40.060)</b>	<b>(34.230)</b>	<b>199.317</b>	<b>18.075</b>
Receitas financeiras		1	152	7.298	27.654
Despesas financeiras		(9.726)	(1.583)	(241.774)	(81.390)
<b>Resultado Financeiro</b>	17	<b>(9.725)</b>	<b>(1.431)</b>	<b>(234.476)</b>	<b>(53.736)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>(49.785)</b>	<b>(35.661)</b>	<b>(35.159)</b>	<b>(35.661)</b>
Imposto de renda	13	-	-	(9.572)	-
Contribuição social	13	-	-	(5.054)	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(49.785)</b>	<b>(35.661)</b>	<b>(49.785)</b>	<b>(35.661)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.)

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Resultado do exercício</b>	(49.785)	(35.661)	(49.785)	(35.661)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(49.785)</b></u>	<u><b>(35.661)</b></u>	<u><b>(49.785)</b></u>	<u><b>(35.661)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Capital Social</u>		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	a integralizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>10</b>	<b>(7)</b>	<b>(1)</b>	<b>2</b>
Subscrição de capital	428.144	(428.144)	-	-
Integralização de capital	-	400.831	-	400.831
Resultado do exercício	-	-	(35.661)	(35.661)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>428.154</u></b>	<b><u>(27.320)</u></b>	<b><u>(35.662)</u></b>	<b><u>365.172</u></b>
Subscrição e integralização de capital	71.846	(71.846)	-	-
Integralização de capital	-	78.775	-	78.775
Cisão parcial	-	-	(11.711)	(11.711)
Resultado do exercício	-	-	(49.785)	(49.785)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>500.000</u></b>	<b><u>(20.391)</u></b>	<b><u>(97.158)</u></b>	<b><u>382.451</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo do exercício	(49.785)	(35.661)	(49.785)	(35.661)
Depreciações	-	-	87.155	41.779
Resultado de equivalência patrimonial	39.981	33.593	-	1.918
Baixa de ativo imobilizado	-	-	34.314	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	970	59.430	172.063
Ganhos com obrigações contratuais	-	-	-	(19.397)
Perdas em investimentos	(29.533)	29.533	-	-
Juros Debêntures	7.283	-	81.032	-
Custo de captação apropriado ao resultado	-	-	2.076	-
Provisão de ressarcimento	-	-	16.220	-
<b>Variação nos ativos e passivos</b>				
Aumento (redução) em Tributos compensáveis	(1.288)	(33)	(3.119)	(3.262)
Aumento (redução) em Adiantamento a fornecedores	-	-	(775)	(22)
Aumento (redução) em Almoxarifado operacional	-	-	(21)	-
Aumento (redução) em Depósitos judiciais	-	-	-	(108)
Aumento (redução) em Outras contas a receber	(735)	(152)	(21.371)	(439)
Aumento (redução) em contas a receber	150	-	(7.109)	(37.858)
Aumento (redução) em Despesas pagas antecipadamente	-	-	(15.072)	(632)
Aumento (redução) em Fornecedores	(81)	95	(258.525)	282.722
Aumento (redução) em Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	71	98
Aumento (redução) em compensação ambiental	-	-	(49)	3.217
Aumento (redução) em Obrigações tributárias	8	-	3.271	10.271
Aumento (redução) em obrigações contratuais	-	-	(40.608)	152.398
Aumento (redução) em cessão de direitos	-	-	(5.700)	5.700
Aumento (redução) em Outras contas a pagar	10	-	20.963	-
<b>Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais</b>	<b>(33.990)</b>	<b>28.345</b>	<b>(97.602)</b>	<b>572.787</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aporte de capital em controladas	(106.790)	(454.172)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(908)	-	-	-
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(73.136)	-
Baixa de imobilizado	-	-	-	(112.396)
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(12.799)	(1.971.638)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(107.698)</b>	<b>(454.172)</b>	<b>(85.935)</b>	<b>(2.084.034)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(32.577)	-	(103.787)	-
Custo de captação dos empréstimos	-	-	(11.643)	1.162.755
Captção de empréstimos, financiamentos e debêntures	90.000	25.000	860.000	-
Pagamento de principal e juros de debêntures	-	-	(633.052)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.507	-	5.507	-
Integralização de capital	78.775	400.831	78.775	400.831
<b>Caixa líquido originado nas atividades de financiamento</b>	<b>141.705</b>	<b>425.831</b>	<b>195.800</b>	<b>1.563.586</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>12.263</b>	<b>52.339</b>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	6	2	52.339	-
No fim do exercício	23	6	64.602	52.339
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>12.263</b>	<b>52.339</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em Milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N - KM 08 - Sala 213- Distrito Industrial, foi constituída em 23 de Fevereiro de 2015 e atualmente possui dois investimentos:

Controladora	Complexo eólico Municípios	Potência instalada MW médios	Operação Comercial
Ventos de São Clemente	Capoeiras (PE), Caetés (PE) e Venturosa (PE)	216,1	2016
Ventos de São Jorge	Tinguá (CE) e Ubajara (CE)	130,1	2016

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; e c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo Eólico São Clemente, detido pelas investidas acima listadas, possui capacidade instalada total de 216,1 MW<sup>1</sup> médios.

O Complexo Eólico Tinguá (Ventos de São Jorge), detido pelas controladas, possui capacidade estimada de 130,1 MW<sup>1</sup> médios.

Em 2017, os parques eólicos de sua controlada Ventos de São Clemente Holding S.A. aderiram junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - (CCEE A"0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica dos contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre.

O objetivo das empresas ao participarem do mecanismo é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos

### Reestruturação societária

Em 08 de maio de 2017, ocorreu uma reestruturação societária, na qual a Companhia efetuou a cisão parcial da participação societária da investida Ventos de Santa Genoveva Energias Renováveis S.A., a parte cindida refere-se aos investimentos na Ventos de São Estevão Holding S.A. Após essa cisão, restou na Ventos de Santa Genoveva Holding S.A., apenas a totalidade da participação societária na controlada Ventos de São Clemente Holding S.A.

---

<sup>1</sup> As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Em 15 de maio de 2017, o controle da Companhia foi assumido pela Echoenergia Participacoes.

Em 18 de julho de 2017, o BNDES solicitou que as controladas Ventos de Santa Luíza Energias Renováveis S.A. que detinha 46,13% de participação societária da Ventos de São Jorge Holding S.A. e a Ventos Ventos de Santa Genoveva Holding S.A. que detinha a totalidade da participação societária na controlada Ventos de São Clemente Holding S.A., fossem extintas, dessa forma, essas entidades foram incorporadas pela Companhia.

Com resultado deste processo, a Companhia passou deter o controle direto, com 100% da participação societária da Ventos de São Clemente Holding S.A. e da Ventos de São Jorge Holding S.A.

### **Capital circulante líquido**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 19.197. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

## **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

## 2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação	
	2017	2016
Ventos de São Clementes Holding S.A.	100%	-
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	53,87%
Ventos de Santa Luíza Energias Renováveis S.A.	-	100%
Ventos Ventos de Santa Genoveva Holding S.A.	-	100%

## 2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

# 3 Principais Práticas Contábeis

## a. Base de consolidação

### (i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

### (ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**c. Investimentos**

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Torres de geração de energia	20 anos
Obras civis	20 anos

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

**f. Intangível**

**(i) Ativo intangível**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento do projeto e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme prazo de concessão da outorga.

**(iii) Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**g. Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.



### ***Lucro real***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

### ***Lucro presumido***

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

#### **h. Receita operacional**

Receita operacional A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

#### **i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### **j. Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

**(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018**

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

*CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes*

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

*CPC 48 - Instrumentos Financeiros*

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item (b) desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

**Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e

**Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 19, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) **Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

**IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

## 4 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

### a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bancos	2	3	78	15.475
Aplicações financeiras (a)	21	3	64.524	36.864
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>64.602</b>	<b>52.339</b>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Bradesco, Santander, Citibank, Pine e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 100,50% CDI referente às aplicações do Santander, taxa de 90% CDI referente às aplicações do BTG Pactual, taxa de 100,00 % CDI para as aplicações do Banco Pine e taxa de 100,00 % CDI para as aplicações do Citibank.

**b. Fundos vinculados**

Há ainda os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	<b>Consolidado</b>
	<b>2017</b>
Reserva Especial	14.727
Centralizadora	10.351
Reserva O&M	2.169
Garantia serviço da dívida debêntures	1.909
Reserva Dívida BNDES	43.980
<b>Total</b>	<b>73.136</b>

**5 Contas a receber**

As provisões referem-se a energia gerada no mês de dezembro de 2017, as quais serão faturadas em janeiro de 2018.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Statkraft Energia do Brasil Ltda	-	1.339
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda	-	10.248
Camara Com. Energia Elétrica/CCEE	5.706	25.279
Clime Trading Comercializadora de Energia Ltda	-	268
Comerc Comercializadora de Energia Eólica Ltda	-	572
Provisão Energia	39.261	-
Outros créditos	-	152
	<b>44.967</b>	<b>37.858</b>

**6 Investimentos**

**a. Controladora**

	<b>2017</b>			<b>2016</b>	
<b>Companhia</b>	<b>% Participação</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>Investimento</b>	<b>Investimento</b>
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	233.805	(28.715)	233.805	95.830
Ventos de Santa Luíza Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	90.059
Ventos de Santa Genoveva Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	234.691
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	243.155	(18.217)	243.155	-
				<b>476.960</b>	<b>420.580</b>
<b>Total dos investimentos</b>					

### **Movimentação dos investimentos**

Investidas	2017				2017
	2016	Reestruturação societária (*)	Aumento / (redução)	Resultado equivalência patrimonial	
Ventos de São Jorge Holding S.A	95.830	76.284	90.406	(28.715)	233.805
Ventos de Santa Luíza Energias Renováveis S.A.	90.059	(90.235)	-	176	-
Ventos de Santa Genoveva Energias Renováveis S.A	234.691	(241.466)	-	6.775	-
Ventos de São Clemente Holding S.A.	-	244.988	16.384	(18.217)	243.155
<b>Total líquido investido</b>	<b>420.580</b>	<b>(10.429)</b>	<b>106.790</b>	<b>(39.981)</b>	<b>476.960</b>

(\*) Durante o exercício de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia efetuou uma cisão parcial e incorporou as controladas Ventos de Santa Luíza Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Genoveva Energia Renováveis S.A.

#### **b. Consolidado**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía investimentos no montante de R\$113.286 na Ventos de São Estevão Holging S.A. após a cisão parcial ocorrida no exercício de 2017 descrita na nota explicativa nº 1, não possui mais esse investimento.

## **7 Imobilizado (Consolidado)**

	Consolidado				
	01/01/2017	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	31/12/2017
Terrenos	1.176	-	(1.176)	-	-
Móveis e utensílios	190	39	-	(21)	208
Imobilizado em andamento	548	90	-	-	638
Máquinas e equipamentos	1.649.716	2.407	(32.564)	(75.155)	1.544.404
Edificações, obras civis e benfeitorias	254.937	3.112	(574)	(11.979)	245.496
<b>Total</b>	<b>1.906.567</b>	<b>5.648</b>	<b>(34.314)</b>	<b>(87.155)</b>	<b>1.790.746</b>

	Consolidado			
	01/01/2016	Adições	Depreciação acumulada	31/12/2016
Terrenos	-	1.176	-	1.176
Móveis e utensílios	-	199	(9)	190
Imobilizado em andamento	-	548	-	548
Máquinas e equipamentos	-	1.688.599	(38.883)	1.649.716
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	256.617	(1.680)	254.937
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.947.138</b>	<b>(40.571)</b>	<b>1.906.567</b>

## 8 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Casa dos ventos Energias Renováveis S.A	3	97	298	1.287
GE Water e Process Technologies do Brasil LTDA	-	-	1.553	228.093
ABB LTDA	-	-	2.187	44.112
Camara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.631	-
Construtora Sucesso	-	-	-	3.563
Banco Santander	-	-	2.393	3.293
Provisão fornecedores (a)	-	-	10.186	-
Fornecedores diversos	13	-	2.949	2.374
	<b>16</b>	<b>97</b>	<b>24.197</b>	<b>282.722</b>

- (a) Esses fornecedores referem-se a serviços prestados ou bens adquiridos no curso normal dos negócios, para os quais a Companhia ainda não possui nota fiscal. A provisão foi reconhecida, pois a Companhia possui uma obrigação presente, legal, mas ainda não possui as notas fiscais.

## 9 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

	Taxa de juros	2017	2016
Empréstimo ABC	3,95% + Taxa DI	-	25.969
Financiamentos BNDES - Ventos de São Jorge	2,88% a.a. + TJLP	533.060	-
Financiamentos BNDES - Ventos de São Clemente	2,55% a.a. + TJLP	721.795	695.057
Empréstimo Santa Luíza	4,5% a.a. + Taxa DI	-	18.111
		<b>1.254.855</b>	<b>739.137</b>
Circulante		85.881	35.902
Não Circulante		1.168.974	703.235

### Financiamentos BNDES

Os financiamentos firmados junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que são reconhecidos pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

Os financiamentos mediante abertura de crédito com o BNDES estão garantidos por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão do projeto, conforme definido nos contratos, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs cederam ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas às autorizações de geração de energia e determinados contratos do projeto. A totalidade das ações atuais e futuras, bem como todo e qualquer rendimento dessas ações, da Companhia também foram dadas em garantia (penhor) ao referido financiamento, assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPEs.

O financiamento do BNDES referente a Ventos de São Clemente possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

O financiamento do BNDES referente a Ventos de São Jorge possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de maio de 2033.

#### *Covenants*

Os financiamentos e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos da São Clemente Holding S.A. apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.
- (h) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controlada Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os covenants para o exercício de 2017.

## **10 Debêntures**

### **a. Controladora**

O montante de R\$91.957 registrado no passivo não circulante, refere-se a emissão privada de até 9.000 debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie quirografaria, com garantia fidejussória, em série única, com valor unitário, na data de emissão de R\$10 (dez mil reais) em 12 de janeiro de 2017. São atualizadas por 16% a.a., são de propriedade da controladora Echoenergia Participações S.A e serão integralizadas ao capital da Companhia em 2018.

**b. Consolidado**

	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Debêntures Echo Holding 1	16% a.a.	(a)	91.957	-
Debêntures São Clemente	IPCA + 8,% a.a.	Outubro de 2030	170.851	-
Debêntures São Jorge	IPCA + 9% a.a.	Julho de 2028	48.143	572.613
<b>Total</b>			<b>310.951</b>	<b>572.613</b>
Circulante			19.759	572.613
Não Circulante			291.192	-

- (a) Emissão privada de até 9.000 debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, com valor unitário, na data de emissão, qual seja, 12 de janeiro de 2017, de R\$ 10.000 (dez mil reais). Essas debêntures são de propriedade da controladora Echoenergia Participações S.A e serão integralizadas ao capital da controlada em 2018.

**Debêntures São Clemente**

A controlada Ventos de São Clemente Holding S.A. emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, do tipo nominativo escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. As debêntures foram emitidas em 15 de abril de 2017 em uma única série de 180.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 e vencimento em 15/10/2030.

Para garantir o fiel, pontual e integral pagamento, foram constituídas as seguintes garantias:

- (a) Penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Emissora de titularidade da Santa Genoveva;
- (b) Penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão das SPes de titularidade da Emissora;
- (c) Penhora da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Santa Genoveva de titularidade da CDV Holding;



- (d) Cessão fiduciária, pelas SPEs e/ou da Emissora, conforme aplicável, dos direitos decorrentes (a) dos “Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado”, celebrados pelas SPEs com as distribuidoras de energia elétrica (“CCEARs”); (b) de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas SPEs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR); (c) (1) de cada um dos contratos de venda de energia celebrados entre a General Eletric Energy do Brasil Ltda. E cada uma das SPEs; (2) de cada um dos contratos de operação e manutenção celebrados entre a General Eletric Energy do Brasil Ltda. E cada uma das SPEs; (3) de cada um dos contratos de engenharia, aquisição, fornecimento, montagem e comissionamento em regime de empreitada global celebrados entre a ABB Ltda. E cada uma das SPEs; (4) de cada um dos contratos de engenharia de construção civil em regime de empreitada por preço global das usinas celebrados entre a Mercurius Engenharia S.A. e cada uma das SPEs; (5) do contrato de engenharia, aquisição, fornecimento, montagem e comissionamento em regime de empreitada global celebrado entre a ABB Ltda. e Enind Engenharia e Comércio Ltda. com as SPEs; e (6) do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Emissora, a Engineering S.A. Serviços Técnicos SP e Laureano & Meirelles Engenharia Ltda; (d) das autorizações expedidas pelo órgãos competentes; (6) sobre determinadas contas bancárias de titularidade das SPEs e da Emissora e, dentre outros, (f) dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com a Emissora;
- (e) Penhor dos aerogeradores das SPEs.

*Covenants*

A Emissora e as SPEs obrigam-se a manter as seguintes contas vinculadas:

- (a) Contas centralizadoras das SPEs;
- (b) Conta centralizadora da Emissora (Holding);
- (c) Contas pagamento debêntures;
- (d) Conta reserva do serviço da dívida debêntures;
- (e) Contas reserva do serviço da dívida BNDES;
- (f) Conta reserva de O&M;
- (g) Conta de complementação do ICSD: O ICSD será apurado anualmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e auditadas, e considerando a totalidade dos recursos mantidos na referida conta controlada, atinja 1,20, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017. Caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,05, a Emissora vai autorizar o Banco Administrador a depositar na Conta de complementação do ICSD recursos suficientes para que o cálculo do referido ICSD atinja 1,20.

### **Debêntures São Jorge**

Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu o desembolso integral referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e SPEs do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000. Com os recursos liberados foram quitadas as debêntures das SPEs e emitidas novas debentures pela controladora.

As debêntures estão classificadas no passivo não circulante, pois a primeira parcela de amortização do principal ocorrerá em 15 de julho de 2020.

As Garantias são: (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações das SPE e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e quaisquer outros contratos de compra e venda de energia das SPE; (ii) alienação fiduciária da totalidade do capital social das SPEs e da Companhia ("Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos dos Projetos detidos pelas SPEs; e (iv) além de fiança da Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.), da Companhia, das demais controladas.

#### *Covenants*

As cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Descumprimento da destinação dos recursos obtidos por meio da captação de recursos efetuada;
- (b) Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com instituição financeira por parte do emissor e seus intervenientes;
- (c) Rescisão, resilição voluntária ou involuntária de qualquer dos contratos do projeto;
- (d) Não cumprimento de qualquer decisão final judicial, arbitral ou administrativa ou sentença judicial transitado em julgado pelo emissor e seus intervenientes;
- (e) Protesto de títulos contra o emissor e intervenientes a partir do montante de R\$500;
- (f) Transferência a terceiros dos direitos e obrigações do emissor e seus intervenientes, sem a prévia concordância escrita de debenturistas;
- (g) Mudança ou alteração no objeto social da emissora e suas intervenientes de forma a alterar suas atividades principais;
- (h) Não manutenção da escritura de emissão até o cumprimento integral das obrigações garantidas, os instrumentos de garantia, o contrato de depósito e administração de contas e fianças;
- (i) Caso a emissora e os intervenientes realizem sem o aviso prévio e consentimento dos debenturistas: i) contratação de empréstimos e mútuos ou outras formas de endividamento; ii) realize transações com qualquer pessoa ou entidade relacionada, direta ou indiretamente à emissora e a São Jorge.

- (j) Caso a emissora e suas intervenientes realizem novos investimentos ou assumam compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a construção e implementação do projeto;
- (k) Redução do patrimônio líquido do fundo FIM Salus, salvo se o seu patrimônio líquido permanecer em montante de no mínimo R\$ 550;
- (l) Distribuir qualquer tipo de remuneração na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas;
- (m) Celebração de aditamentos e/ou alterações dos contratos do projeto (exceto com relação aos CCEAR) que gerem aumento individual ou agregado superior a R\$ 14.000;
- (n) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controlada Ventos de São Jorge Holding S.A. apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. As controladas veem cumprindo todas as condições do contrato.

## 11 Obrigações fiscais

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
PIS	621	280
COFINS	2.852	1.340
CSRF	305	61
IOF	-	20
ICMS	4.589	4.574
ISS	106	125
INSS	75	134
IRRF terceiros	151	50
FGTS	30	12
IRPJ	3.141	2.561
Provisões Trabalhistas	-	184
CSLL	1.672	930
	<u>13.542</u>	<u>10.271</u>

## 12 Patrimônio Líquido

O capital social subscrito é de R\$ 500.000 em 2017 e (R\$ 428.154 em 2016) e está representado por 500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2017 foi integralizado o montante de R\$78.775, dessa forma em 31 de dezembro de 2017 o capital social é de R\$479.609 (R\$400.834 em 31 de dezembro de 2016).

### **Cisão parcial**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 2017 a Companhia efetuou uma cisão parcial de parte dos investimentos na Ventos de Santa Genoveva Energia Renováveis S.A., que foi incorporada em 2017, os efeitos da cisão no patrimônio líquido foram de R\$11.711.

## **13 Imposto de renda e contribuição social**

Foram apurados os impostos, o imposto de renda e a contribuição social correntes exercício de 2017, sendo R\$ 9.572 para o imposto de renda e R\$ 5.054 para a contribuição social. Em 2016 não houve saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possuíam histórico de lucros tributáveis.

## **14 Receita operacional (Consolidado)**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>391.625</b>	<b>101.881</b>
Energia elétrica - Geração própria	359.211	101.876
Energia elétrica - Revenda	27.058	-
Outras receitas	21.576	5
Provisão de ressarcimento (a)	(16.220)	-
<b>Deduções da receita</b>	<b>(14.152)</b>	<b>(5.402)</b>
PIS	(2.684)	(954)
COFINS	(11.468)	(4.398)
ICMS	-	(50)
<b>Total</b>	<b>377.473</b>	<b>96.479</b>

- (a) A geração de energia dos parques eólicos foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia e suas controladas constituíram uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de ressarcimento registrado foi de R\$16.220, do qual R\$ 3.857 foi registrado no passivo circulante e o montante de R\$12.363 foi registrado no passivo não circulante.

## **15 Custos de geração (consolidado)**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depreciação e amortização	(87.282)	(41.778)
Compra de energia	(34.496)	-
Encargos de transmissão e conexão	(16.108)	(7.061)
Despesa com manutenção	(10.125)	-
Serviços de terceiros	(5.824)	(3.731)
Arrendamento e aluguéis	(3.525)	(660)
Seguros	(1.970)	-
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(2.367)	-
Custo com pessoal	(1.824)	(2.325)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.124)	-
<b>Total</b>	<b>(164.645)</b>	<b>(55.555)</b>

## 16 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados pessoa jurídica	-	(98)	(39)	-
Viagens, diárias e ajuda de custo	-	(6)	(111)	(270)
Tributos	-	-	-	(4.314)
Gastos diversos	-	(88)	(16.282)	(9.306)
Compartilhamento de despesa	(5)	(445)	(1.328)	(7.248)
Seguros	-	-	-	(1.826)
Despesas legais, judiciais e publicações	(65)	-	(968)	-
Taxas e Emolumentos	(3)	-	(240)	-
Material	-	-	(207)	-
Despesas com cartório	-	-	(943)	-
Energia Elétrica	-	-	(245)	-
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(63)	-
Auditoria externa	-	-	(18)	-
Recuperação de despesas	-	-	-	4
<b>Total</b>	<b>(73)</b>	<b>(637)</b>	<b>(20.444)</b>	<b>(22.960)</b>

## 17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receita financeira</b>				
Rendimentos aplicações financeiras	-	152	6.838	3.813
Descontos obtidos	-	-	15	147
Receitas com obrigações contratuais	-	-	-	19.396
Juros sobre debêntures	-	-	-	4.298
Outras receitas	1	-	445	-
	<b>1</b>	<b>152</b>	<b>7.298</b>	<b>27.654</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros pagos	(1.159)	-	(69.372)	(34)
Tarifas bancárias	(1)	(1)	(144)	(232)
Juros BNDES	-	-	(115.008)	(44.209)
Juros, comissões e outras despesas bancárias	-	-	-	(2.970)
Multas	(1)	(0)	(106)	(163)
IOF sobre mútuos	-	(0)	(80)	(123)
IOF sobre operações financeiras	-	(474)	(10.109)	(822)
Juros sobre debêntures - Santander	-	-	(4.245)	(11.986)
Juros sobre debêntures - Bradesco	-	-	(4.033)	(9.058)
Juros sobre debêntures - Pine	-	-	(1.978)	(4.701)
Juros debêntures	(8.565)	-	(23.664)	(850)
Juros banco Pan	-	-	-	(3.637)
Amortização custo de empréstimo pré operacional	-	-	(1.497)	(1.497)
Multas indedutíveis	-	-	-	-
Despesas derivativas	-	(138)	-	(138)
Juros ABC Brasil	-	(970)	-	(970)
Comissão fiança	-	-	(6.034)	-
Comissão de captação de empréstimos	-	-	(3.796)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(1.708)	-
	<b>(9.726)</b>	<b>(1.583)</b>	<b>(241.774)</b>	<b>(81.390)</b>
	<b>(9.725)</b>	<b>(1.431)</b>	<b>(234.476)</b>	<b>(53.736)</b>

## 18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Ativo</b>				
AFAC em controladas(d)	908	-	908	-
<b>Passivo</b>				
AFAC (c)	5.507	-	5.507	-
Debentures (b)	91.957	-	91.957	-
Fornecedor	3	97	595	16.609
<b>Total</b>	<b>91.960</b>	<b>97</b>	<b>92.552</b>	<b>16.609</b>
<b>Resultado</b>				
Compartilhamento de despesa (a)	5	445	1.333	8.277
<b>Total</b>	<b>91.967</b>	<b>542</b>	<b>93.885</b>	<b>24.885</b>

- (a) A Companhia possui despesas no valor de R\$ 5 e 1.333 (consolidado) e um contas a pagar no valor de R\$ 3 e 595 (consolidado), decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) Essas debêntures são de propriedade da controladora Echoenergia Participações S.A., as características estão descritas na nota explicativa nº 10.
- (c) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela controladora Echoenergia Participações S.A.
- (d) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Ventos de São Clemente Holding S.A.

## 19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	23	23	6	6	64.602	64.602	52.339	52.339
Fundos vinculados	-	-	-	-	73.136	73.136	-	-
Fornecedores	16	16	97	97	24.197	24.197	282.722	282.722
Financiamentos e Debêntures	91.957	91.957	25.969	25.969	1.565.806	1.565.806	1.311.750	1.311.750
<b>Total</b>	<b>91.996</b>	<b>91.996</b>	<b>26.072</b>	<b>26.072</b>	<b>1.727.741</b>	<b>1.727.741</b>	<b>1.646.811</b>	<b>1.646.811</b>

**b. Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

<b>Fluxos de caixa contratuais</b>					
<b>31/12/2016 Consolidado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 a 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores	282.722	282.722	-	-	-
Financiamientos e debêntures	1.311.750	608.515	703.235	-	-
<b>Total</b>	<b>1.594.472</b>	<b>891.237</b>	<b>703.235</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Fluxos de caixa contratuais</b>					
<b>31/12/2017 Consolidado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 a 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores	24.197	24.197	-	-	-
Financiamientos e debêntures	1.565.806	105.640	211.861	423.733	824.272
<b>Total</b>	<b>1.590.003</b>	<b>129.837</b>	<b>211.861</b>	<b>423.733</b>	<b>824.272</b>

<b>Fluxos de caixa contratuais</b>					
<b>31/12/2016 Controladora</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 a 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores	97	97	-	-	-
Financiamientos e debêntures	25.969	17.792	8.177	-	-
<b>Total</b>	<b>26.066</b>	<b>17.889</b>	<b>8.177</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Fluxos de caixa contratuais</b>					
<b>31/12/2017 Controladora</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 a 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	16	16	-	-	-
Financiamientos e debêntures	91.957	-	45.978	45.979	-
<b>Total</b>	<b>91.973</b>	<b>16</b>	<b>45.978</b>	<b>45.979</b>	<b>-</b>

**c. Instrumentos financeiros por categoria**

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Controladora</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	23	-	6	-
<b>Consolidado</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	64.602	-	52.339	-
Fundos Vinculados	73.136	-	-	-
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Controladora</b>				
Fornecedores	-	16	-	97
Financiamentos e debêntures	-	91.957	25.969	-
<b>Consolidado</b>				
Fornecedores	-	24.197	-	282.722
Financiamentos e debêntures	-	1.565.806	-	1.311.750

**d. Gerenciamento de riscos**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

**(i) Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

**(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.



A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

**(iv) *Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.